

Marçal Justen Filho  
Cesar Pereira  
Fernão Justen de Oliveira  
Eduardo Talamini  
André Guskow Cardoso  
Alexandre Wagner Nester  
Marçal Justen Neto  
Rafael Wallbach Schwind  
Felipe Scripes Wladeck  
Paulo Osternack Amaral  
Guilherme F. Dias Reisdorfer  
Karlin Olbertz Niebuhr  
William Romero  
Rodrigo Goulart de Freitas Pombo  
Mônica Bandeira de Mello Lefèvre  
Guilherme Augusto Vezaro Eiras  
Isabella Moreira de Andrade Vosgerau  
Diego R. Camargo Franzoni  
Mayara Gasparoto Tonin  
Marina Kukiela  
Vanelis Mucelin  
Fernanda Caroline Maia  
Bruno Gressler Wontroba  
Victor Hugo Pavoni Vanelli



Luísa Quintão  
Doshin Watanabe  
Isabella Félix da Fonseca  
Isabella Rossito  
Raphaella Thêmis Leite Jardim  
Marina Kirsten Felix  
Stella Farfus Santos  
Jefferson Lemes dos Santos  
Letícia Alle Antonietto  
Eduardo Nadvorny Nascimento  
Izabela Moriggi Costa  
Rodrigo Costa Protzek  
Caroline Martynetz  
Mariana Randon Savaris  
Júlia Venzi Gonçalves Guimarães  
Gabriela Assis Corrêa Demeterco  
Edson Francisco Rocha Neto  
Matheus Guimarães Pitto  
Nicole Mendes Müller  
Gabriel Lucas Santos Bonfim  
Ana Paula Sovierzoski  
Paola Gabriel Ábila  
Maria Julia Bezerra Castelo Branco  
Jolivê Alves da Rocha Filho

Excelentíssimo Senhor **VINÍCIUS CARDOSO DE PINHO FRAGOSO**,  
Digníssimo Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (“TCDF”).

**Ref.: TC-3933/2024 e 3951/2024**

**Processo correlacionado: TC-2335/2003**

**WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS**, por seus advogados, comparece respeitosamente nos autos dos processos acima referidos para, diante da suspensão dos efeitos da Decisão 2.613/2023 por decisão judicial, **requerer a extinção dos processos TC-3933/2024 e TC-3951/2024, bem como a suspensão de quaisquer medidas de cobrança executiva decorrentes do julgamento do processo principal (TC-2335/2003).**

Em 11.12.2023, a Peticionária juntou cópia da decisão judicial que suspendeu a eficácia do acórdão condenatório proferido por esse e. TCDF nos autos do TC-2335/2003 (peças 421 e 422 daqueles autos – doc. anexo).

Assim, e sempre respeitosamente, a instauração de processos de cobrança executiva é descabida, razão pela qual a Peticionária requer a imediata extinção e o arquivamento dos TCs-3933/2024 e 3951/2024.

Brasília, 15 de maio de 2024.

pp. Marçal Justen Neto – OAB/PR 35.912

pp. Mayara Gasparoto Tonin – OAB/DF 54.228

pp. Isabella Felix da Fonseca – OAB/DF 57.461

Marçal Justen Filho  
Cesar Pereira  
Fernão Justen de Oliveira  
Eduardo Talamini  
André Guskow Cardoso  
Alexandre Wagner Nester  
Marçal Justen Neto  
Rafael Wallbach Schwind  
Felipe Sripes Wladeck  
Paulo Osternack Amaral  
Guilherme F. Dias Reisdorfer  
Karlin Olbertz Niebuhr  
William Romero  
Rodrigo Goulart de Freitas Pombo  
Mônica Bandeira de Mello Lefèvre  
Guilherme Augusto Vezaro Eiras  
Isabella Moreira de Andrade Vosgerau  
Diego Franzoni  
Mayara Gasparoto Tonin  
Marina Kukiela  
Vanelis Mucelin  
Fernanda Caroline Maia  
Bruno Gressler Wontroba



Victor Hugo Pavoni Vanelli  
Luísa Quintão  
Doshin Watanabe  
Isabella Félix da Fonseca  
Isabella Rossito  
Raphaela Thêmis Leite Jardim  
Marina Kirsten Felix  
Stella Farfus Santos  
Jefferson Lemes dos Santos  
Letícia Alle Antonietto  
Eduardo Nadvorny Nascimento  
Izabela Moriggi Costa  
Rodrigo Costa Protzek  
Caroline Martynetz  
Mariana Randon Savaris  
Júlia Venzi Gonçalves Guimarães  
Gabriela Assis Corrêa Demeterco  
Edson Francisco Rocha Neto  
Matheus Guimarães Pitto  
Nicole Mendes Müller  
Gabriel Lucas Santos Bonfim  
Ana Paula Sovierzoski  
Paola Gabriel Ábila

Ilmo. Sr. Conselheiro **INÁCIO MAGALHÃES FILHO**,  
DD. Relator dos Embargos de Declaração na TCE nº 2.335/2003.

**WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA.**, por seus advogados,  
comparece respeitosamente nos autos da TCE em referência para, diante da  
formalização da ciência acerca da Decisão nº 3169/2023 em 07.12.2023, (i) noticiar a  
suspensão dos seus efeitos e dos efeitos da Decisão nº 2.613/2023 e (ii) requerer a  
juntada da decisão proferida pelo d. Juízo da 8ª Vara da Fazenda Pública do DF.

Brasília, 11 de dezembro de 2023.

pp. Marçal Justen Neto – OAB/PR 35.912

pp. Mayara Gasparoto Tonin – OAB/DF 54.228



Número: **0708778-86.2023.8.07.0018**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **8ª Vara da Fazenda Pública do DF**

Última distribuição : **02/08/2023**

Valor da causa: **R\$ 20.247.858,66**

Assuntos: **Anulação, Penalidades**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes	Advogados
WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA (AUTOR)	
	JULIA VENZI GONCALVES GUIMARAES (ADVOGADO) ANDRE GUSKOW CARDOSO (ADVOGADO) FELIPE SCRIPES WLADECK (ADVOGADO) MAYARA GASPAROTO TONIN (ADVOGADO) WILLIAM ROMERO (ADVOGADO) EDUARDO TALAMINI (ADVOGADO) MARCAL JUSTEN NETO (ADVOGADO)
DISTRITO FEDERAL (REU)	

Outros participantes	
WILSON KAZUYOSHI SATO (PERITO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
167823197	07/08/2023 14:41	<a href="#">Decisão</a>	Decisão



TJDFT

Poder Judiciário da União  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

8ª Vara da Fazenda Pública do DF

Fórum VERDE, Sala 408, 4º andar, Setores Complementares, BRASÍLIA - DF -  
CEP: 70620-020

Horário de atendimento: 12:00 às 19:00

Número do processo: 0708778-86.2023.8.07.0018

Classe judicial: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

Assunto: Anulação (10423)

Requerente: WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS LTDA

Requerido: DISTRITO FEDERAL

## DECISÃO

A autora ajuizou a presente ação com pedido de tutela de urgência para suspender de imediato os efeitos da Decisão 2.613/2023 e do Acórdão 245/2023, complementados pela Decisão 3.169/2023, ordenando-se que o Réu se abstenha da prática de qualquer ato de cobrança (inclusive eventual cadastramento em dívida ativa e em registros de devedores inadimplentes e a propositura de execução) baseado no julgamento da TCE 2335/2003-e, do TCDF, até o julgamento da ação.

Verifica-se que pretensão se amolda ao conceito de tutela de urgência, sendo uma das modalidades da tutela provisória prevista no artigo 294 e seguintes do Código de Processo Civil vigente.

As tutelas provisórias (de urgência e de evidência) vieram sedimentar a teoria das tutelas diferenciadas, que rompeu com o modelo neutro e único de processo ordinário de cognição plena. São provisórias porque as possibilidades de cognição do processo ainda não se esgotaram, o que apenas ocorrerá no provimento definitivo.

Os requisitos da tutela de urgência estão previstos no artigo 300 do Código de Processo Civil, sendo eles: probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

A autora contratou seguro-garantia com valor suficiente para garantir o valor do débito imputado pelo Tribunal de Contas (ID 167415903), portanto, o pedido deve ser deferido.

Em face das considerações alinhadas **DEFIRO A TUTELA DE URGÊNCIA** para determinar a suspensão dos efeitos da Decisão 2.613/2023 e do Acórdão 245/2023, complementados pela Decisão 3.169/2023, proferidos pelo Tribunal de Contas na TCE 2335/2003-e até decisão final.

Tendo em vista a ausência da possibilidade de transação acerca de direitos indisponíveis, deixo de determinar a designação de audiência de conciliação.

Cite-se e intime-se.

BRASÍLIA-DF, Segunda-feira, 07 de Agosto de 2023.



**MARA SILDA NUNES DE ALMEIDA**  
**Juíza de Direito**

Dúvidas? Precisa de auxílio ou atendimento?

Entre em contato com o nosso Cartório Judicial Único por meio do QR Code abaixo ou clique no link a seguir: <https://balcaovirtual.tjdft.jus.br/identificacao>

**Observação:** Ao ser perguntado acerca de qual Unidade Judiciária pretende atendimento, responda Cartório Judicial Único - 6ª a 8ª Varas da Fazenda Pública do DF - CJUFAZ6A8.

